

# MEMÓRIAS DA ELITE: ARQUIVOS, INSTITUIÇÕES E PROJETOS MEMORIAIS

Luciana Quillet Heymann

## RESUMO

O texto discute processos de institucionalização de trajetórias de membros da elite, buscando iluminar os investimentos de que são objeto os acervos pessoais desses personagens. A idéia é analisar o papel de instituições de memória na atribuição de “valor histórico” aos acervos sob sua guarda, atentando para os efeitos dessa dinâmica na construção de recursos simbólicos de legitimação e consagração associados às trajetórias dos homens públicos, bem como aos próprios projetos institucionais que tomam essas memórias como foco de investimento. Recorrendo a alguns casos concretos, o texto pretende desnaturalizar o discurso preservacionista que justifica a criação desses lugares de memória e vê-los como estratégias de atualização do capital político dos atores sociais em jogo.

## PALAVRAS-CHAVE

Memória. Acervo. Elite política. Lugar de memória. Darcy Ribeiro. Fernando Henrique Cardoso.

## ABSTRACT

The article discusses the institutionalization of elite's members trajectories, seeking to shed a light upon the investments made in their personal document collections. The idea is to analyze the role of memory institutions in the attribution of “historical value” to the document collections under their guard, considering the effects of this dynamic in the construction of symbolic resources of legitimation and reconnaissance associated to the public men's trajectories, as well as to the institutional projects devoted to their memories. Seeking support in some concrete cases, the text aims at denaturalizing the preservationist discourse that justify the creation of memory places and look to them as strategies to update the social actor's political capital.

## KEYWORDS

Memory. Archive. Political elite. Sites of memory. Darcy Ribeiro. Fernando Henrique Cardoso.

## 1 Introdução

Nas últimas décadas, assistimos a uma intensificação dos investimentos na memória, fenômeno que já foi analisado como uma reação à aceleração do tempo presente e à perda de referenciais por parte das coletividades (NORA, 1984). Essa intensificação já foi explicada, também, como um fenômeno associado à crise das grandes narrativas homogeneizantes e à valorização das experiências de grupos sociais até então silenciados, cujas memórias não encontravam meios de expressão na cena pública. Nessa última chave, por um lado, novos espaços foram erigidos para a preservação de um passado tornado mais plural e diversificado e, por outro, movimentos de valorização de memórias traumáticas, ligadas a crimes e violações, resultaram de lutas empreendidas por grupos atingidos visando à assunção, por parte do Estado e da sociedade, de um “dever” com relação a essa memória (LALIEU, 2001; KATTAN, 2002; HEYMANN, 2007).

Segundo o historiador Henry Rousso (1998), um sistema de referências teria se imposto nos últimos anos, tendo como centro a memória, transformada em valor. Nessa nova conjuntura, lembrar-se - por parte do indivíduo ou do grupo - teria se associado a uma postura positiva, enquanto o esquecimento teria se tornado socialmente inaceitável, sistema cujo corolário seria a interdição a qualquer destruição, vista doravante como “suspeita”, bem como a multiplicação de políticas memoriais levadas a cabo por governos e grupos sociais.

As elites sempre erigiram lugares para preservar a sua memória, tanto coletivamente, em espaços e manifestações consagrados a determinados grupos, como individualmente, situação na

qual o foco é colocado sobre uma trajetória pessoal. Se tomarmos esses lugares de memória na acepção que lhes conferiu Pierre Nora (1984) - lugares funcionais, simbólicos e materiais - podemos elencar uma variedade de instituições, celebrações e dispositivos, dos memoriais às biografias, dos livros didáticos aos monumentos, por meio dos quais, de maneira geral, as elites registram, celebram e preservam a sua memória.

Se, nos últimos anos, seria legítimo afirmar que grupos de elite tradicionais tiveram que ceder espaço a novos sujeitos políticos no que diz respeito aos lugares e às políticas de memória, nada nos autoriza a pensar que elas foram excluídas do movimento geral de valorização do passado e de ‘ardente obrigação’ do patrimônio (HARTOG, 2006, p. 266), com suas exigências de conservação, de reabilitação, e de comemoração. Nesse sentido, ainda que a disputa por recursos e reconhecimento social possa ter recrudescido, em um contexto de proliferação de discursos memoriais, espaços voltados para a preservação da memória das elites continuam a ser criados, beneficiando-se, junto a outros segmentos, do discurso generalizado de “culto” à memória.

Nesse texto, nossa atenção estará voltada para instituições de memória consagradas à elite política, com destaque para os processos de conversão de acervos pessoais em “patrimônio”. Especial atenção será dada ao papel desempenhado por essas instituições na produção e na atualização de uma noção de *legado* associada a um personagem e à sua trajetória. Em outras palavras, tomaremos a organização de lugares de memória como uma modalidade de invenção discursiva desses legados, atentando para diferentes estratégias e recursos mobilizados nesses empreendimentos, en-

tre os quais se destaca o investimento nos acervos e em seu valor de “testemunho”.

Já foi observado que o movimento geral de valorização da memória e o investimento nos acervos a ele associado vem produzindo um “desejo de arquivo” (ARTIÈRES, 2005, p. 6), um desejo que aponta não apenas para uma multiplicação e uma especialização de locais de arquivamento, alterando a paisagem arquivística, mas também para uma nova relação da sociedade com os arquivos, uma relação que, doravante, não envolve apenas historiadores e arquivistas, mas sinaliza para uma valorização mais generalizada desses artefatos. Uma dimensão importante desse processo residiria no fato de tal “reconfiguração” do arquivo no espaço público - que inclui, sem dúvida, uma dimensão de democratização dos espaços de arquivamento -, não significar a sua dessacralização. Ao contrário, em torno do arquivo, como em torno da memória, novos cultos estariam se desenvolvendo a partir da idéia de que “tudo é arquivo” e deve ser conservado.

Os arquivos pessoais de homens públicos ocupam lugar de destaque em projetos institucionais voltados para a preservação da “memória nacional”; projetos que, ao mesmo tempo em que valorizam o “patrimônio” do qual são depositários, os instituem como meios de acesso “autênticos” e “fidedignos” ao *legado* que pretendem preservar.

O texto pretende caminhar de uma perspectiva mais geral para uma mais etnográfica. Inicialmente, abordaremos procedimentos de transferência de arquivos pessoais para instituições de guarda, discutindo algumas situações concretas de “produção” de memórias associadas a personagens da vida pública brasileira. A seguir, buscaremos descrever modalidades diferenciadas de gestão e de apresentação de *legados* de

alguns membros da elite política. Com esse movimento, a idéia é sugerir caminhos de pesquisa que, com foco nos acervos e na memória, ajudem a iluminar estratégias de aquisição de capital simbólico por parte dos homens públicos e seus herdeiros, bem como mecanismos concretos por meio dos quais a memória histórica é construída.

## 2 A elite nas instituições de memória

Seria impossível tentar dar conta do campo das instituições de memória voltadas para a elite, no Brasil, sobretudo se incluirmos nessa categorização os museus, cujo papel na monumentalização da memória de membros da elite já foi objeto de estudo (ABREU, 1996). Nos limites desse artigo, vamos privilegiar as instituições voltadas para acervos documentais (que também estão presentes nos museus, vale lembrar, ainda que esse tipo de acervo seja preferencialmente depositado em instituições arquivísticas ou até em bibliotecas) e, dentro desse vasto campo, aquelas que explicitamente se definem como espaços dedicados à memória de determinado grupo ou membro das elites. Não vamos nos ocupar, portanto, de instituições cujo propósito declarado seja o de preservar a memória administrativa do país (caso do Arquivo Nacional e, por extensão, dos arquivos estaduais e municipais), ainda que a guarda dos documentos que resultam das atividades desenvolvidas pelos órgãos de governo possa ser vista, também, como um mecanismo de preservação da memória das elites dirigentes. Também não estamos considerando, para os objetivos desse texto, a guarda de arquivos privados, institucionais ou pessoais, nessas instituições públicas, ainda que seja comum encontrar fundos documentais dessa natureza nos espaços dedicados à “memória da Nação”.<sup>1</sup>

Nesse ponto, vale lembrar que o recolhimento de arquivos privados não é regulado por dispositivo legal - diferentemente do que ocorre com os arquivos de natureza pública, cuja tutela pertence ao Estado -, o que coloca em jogo a questão do destino de cada arquivo privado.<sup>2</sup> Seu encaminhamento a uma instituição de guarda dependerá, assim, em primeiro lugar, do desejo do proprietário - no caso de um arquivo pessoal, o próprio titular ou um herdeiro; no caso de um arquivo institucional, o(s) proprietário(s) - de fazer uma doação ou de vender o acervo a uma instituição arquivística ou, nos casos em que em que isso se mostra factível, criar uma instituição para abrigá-lo.

No caso do encaminhamento a uma instituição de guarda, o destino do arquivo será definido por meio de uma negociação envolvendo proprietário e instituição. Nesse sentido, para fazer a passagem do domínio privado ao público, o acervo tem de ser oferecido pelo primeiro no mercado de bens culturais e ser aceito, um gesto que será tão mais legitimador do seu capital simbólico quanto maior prestígio tiver a instituição. Ou o arquivo poderá ter sua doação ou compra sugeridas e mesmo solicitadas, evidenciando-se assim o capital de que é dotado. Neste caso, opera-se uma valori-

zação que vai do arquivo à instituição, já que possuir determinados arquivos confere prestígio, funcionando como elemento de legitimação institucional. Dessa forma, instituições arquivísticas e centros de documentação funcionam como espaços privilegiados de avaliação e de atribuição de “valor” aos acervos, já que são instituições voltadas para a preservação daquelas memórias reconhecidas como “históricas”.

No universo das instituições - arquivos, centros de documentação, institutos, fundações - dedicadas especificamente à memória das elites, seria possível propor uma distinção entre dois modelos: aquelas que abrigam mais de um arquivo ou fundo documental e que se definem como espaços de guarda de acervos particulares relativos a uma área específica de atuação ou conhecimento e, por outro, aquelas dedicadas à memória de um personagem, cuja linha de acervo tem como referência exclusiva, ou como eixo de sentido, a trajetória de um único indivíduo.

Ainda que possam existir instituições dedicadas à memória de quaisquer segmentos da elite, tradicionalmente, no Brasil, as instituições de memória que abrigam acervos pessoais concentram-se em três áreas: política, ciência e literatura.<sup>3</sup> No primeiro caso, seria possível citar, por

1. Arquivos (ou fundos) privados são conjuntos de documentos produzidos e acumulados por entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa física. (Cf. [http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic\\_term\\_arq.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf))

2. A definição e regulamentações relativas aos arquivos públicos e privados se encontra na Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como “Lei de Arquivos” e no Decreto 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que a regulamenta.

3. Essa especialização de locais de arquivamento encontra paralelo na própria definição de arquivos pessoais. Em obra consagrada no campo da Arquivologia, lê-se: “A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado. (...) São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de *estadistas*, *políticos*, *artistas*, *literatos*, *cientistas* etc.” (ver BELOTTO, 2004, p. 256, grifo nosso).

exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, localizado no Rio de Janeiro (bem como os Institutos Históricos e Geográficos estaduais e municipais, criados à semelhança do primeiro), cujo acervo reúne “valioso patrimônio documental: documentos manuscritos, oficiais e particulares, entre raríssimos, interessantes (sátiras políticas), sobretudo importantes ao conhecimento da história brasileira”, constituído por mais de uma centena de arquivos e coleções particulares.<sup>4</sup>

Para as elites científicas, duas instituições são referência no Rio de Janeiro. O Arquivo História da Ciência, unidade do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), que “se dedica à preservação de parte da memória científica brasileira” e possui um acervo composto por cerca de trinta arquivos pessoais de cientistas e alguns arquivos de instituições ligadas à ciência e à tecnologia<sup>5</sup>, e a Casa de Oswaldo Cruz, unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Nesse caso, o acervo arquivístico, composto por mais de uma centena de fundos e coleções é definido como “repositório singular da memória e da história da saúde no Brasil”. A Casa abriga arquivos de cientistas, sanitaristas, médicos e técnicos que participaram da formulação e execução de políticas públicas na área da saúde, merecendo destaque os arquivos de Oswaldo Cruz, patrono da Fiocruz, e de Carlos Chagas.<sup>6</sup>

No campo das Letras, seria necessário citar algumas instituições que se definem co-

mo unidades voltadas especificamente para a preservação da memória literária brasileira. A mais emblemática é, sem dúvida, a Academia Brasileira de Letras, situada no Rio de Janeiro, cujo acervo é composto pelo Arquivo dos Acadêmicos e pelo Arquivo Institucional.<sup>7</sup> Chama atenção o fato de a ABL manter no Arquivo dos Acadêmicos conjuntos documentais relativos a *todos* os seus membros, ou seja, além dos arquivos pessoais doados pelos titulares que decidem encaminhar seus acervos para a instituição, a própria ABL se encarrega de constituir “coleções pessoais” para aqueles acadêmicos que, por alguma razão, não destinaram seus documentos à Academia. Essa política institucional remete à “obrigação” de reverenciar a trajetória de todos os seus membros, vivos e mortos, mas também à importância, para a ABL, de ser reconhecida como espaço dedicado à guarda e preservação da “memória” literária brasileira. Esse investimento pode ser atestado pela implantação, em 1997, no âmbito das comemorações pelo centenário de sua fundação, do Centro de Memória da ABL, visto como uma forma de ampliar a visibilidade da instituição e de atrair um maior número de pesquisadores. (OLIVEIRA, 2009)

Não parece casual que essa preocupação tenha emergido no final dos anos 1990, período que já foi caracterizado como de “inflação” (HUYSSSEN, 2000) e de “saturação” (ROBIN, 2003) de memórias. Apesar das demais funções exercidas pela Academia,

4. Cf. <http://www.ihgb.org.br/acervo3.php> (acesso em 1/5/2011).

5. Cf. [http://www.mast.br/nav\\_h03.htm](http://www.mast.br/nav_h03.htm) (acesso em 1/5/2011).

6. Cf. [http://www.coc.fiocruz.br/patrimonio/index.php?option=com\\_content&view=article&id=90&Itemid=85](http://www.coc.fiocruz.br/patrimonio/index.php?option=com_content&view=article&id=90&Itemid=85) (acesso em 1/5/2011).

7. Outras instituições são o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, instalado na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro; o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), ligado à USP, e o Acervo de Escritores Mineiros da Faculdade de Letras da UFMG, em Belo Horizonte.

que se define como uma instituição voltada para “a cultura da língua e da literatura nacional”, ela tem investido na imagem de instituição de memória que reúne, preserva e disponibiliza acervos de interesse para a pesquisa histórica.<sup>8</sup> As duas dimensões, evidentemente, não são antagônicas, muito pelo contrário: a “recuperação” e a “preservação” da memória - termos recorrentes nesse tipo de projeto- se justificam pela necessidade de proteger a “literatura nacional” e a de tornar disponíveis fontes que alimentem estudos e pesquisas nesse campo. Estes, por sua vez, acabam por confirmar a imagem de instituição de referência projetada pelos dirigentes da ABL.

Todas as instituições mencionadas constituem “lugares de memória” das elites. Na verdade, cada uma dessas instituições poderia servir de base a um estudo específico, que buscasse perscrutar as histórias e os agentes envolvidos na criação de cada uma delas, os formatos institucionais adotados, as formas de colecionamento e de captação de acervos privilegiadas, os critérios estabelecidos para definir o que pode integrar cada um dos espaços, as estratégias de financiamento, os mecanismos de divulgação das atividades, enfim, uma série de aspectos que, ao explicarem a natureza e o funcionamento de tais entidades, ajudariam a iluminar mecanismos de legitimação institucional, de consagração de trajetórias consideradas “exemplares” e, finalmente, de construção da memória histórica no país.

Não é nossa intenção apresentar um painel institucional, mas chamar atenção para um investimento generalizado e crescente na constituição de espaços memoriais “pre-

enchidos” por acervos documentais. Vamos nos deter em alguns casos particulares, centrando nossa atenção em projetos voltados para a memória de personagens da elite política brasileira contemporânea.

### 3 Os lugares dos arquivos e os arquivos nos lugares

A possibilidade de criar uma instituição para abrigar um arquivo pessoal específico coloca em jogo o prestígio do titular ou de seus “herdeiros” - entendidos aqui não apenas como familiares, mas também como depositários da herança memorial do personagem. O sucesso do projeto institucional dependerá do capital político dos agentes envolvidos e das redes de relações que consigam mobilizar em torno do empreendimento. O discurso articulado nesses contextos recorre sempre à “retórica da perda”, para usar a feliz expressão de Gonçalves (1996), segundo a qual o presente é narrado como uma situação de perda progressiva e inexorável em relação à qual ganham sentido as práticas de colecionamento e exposição. As iniciativas voltadas para a preservação de arquivos pessoais de homens públicos chamarão sempre atenção para a “necessidade” de recuperação desses acervos, para o risco da perda e do esquecimento, e para a importância dessa recuperação para a “memória nacional”, categoria na qual cumpre incluir a memória do titular e os objetos que a simbolizam.

Alguns exemplos podem ser úteis para iluminar possibilidades e estratégias de ação associadas à institucionalização da memória de determinados homens públicos. No

8. Cf. <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=5> (acesso em 14/5/2011).

primeiro caso, os limites individuais e temporais inicialmente estabelecidos pelo acervo cuja preservação serviu de justificativa para o empreendimento foram extrapolados, diluindo-se em grande medida o caráter personalista do projeto; em outros, mais recentes, a *persona* do titular parece mais incontornável.

Pode ocorrer de um arquivo pessoal ser acolhido por uma instituição cuja relação com o titular antecede a doação, caso, por exemplo, do arquivo de Getúlio Vargas, doado por sua filha, Alzira Vargas do Amaral Peixoto à Fundação Getúlio Vargas, em 1973, dezenove anos após a morte de seu pai, e quando a FGV já contava com quase trinta anos de existência. Nesse caso, a recepção do arquivo de Vargas, presidente da República que criou a FGV como instituição central de um projeto administrativo colocado em curso pelo governo, remete ao capital simbólico do arquivo do ex-presidente, às conexões históricas com a instituição, bem como aos contatos da doadora com os dirigentes da Fundação.<sup>9</sup> Embora não fosse uma instituição arquivística, a FGV concordou em criar um centro de pesquisa e documentação para abrigar o acervo, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), que seria dirigido pela filha de Alzira, a socióloga Celi- na Vargas do Amaral Peixoto.

A idéia era que, a partir da doação do arquivo de Vargas e tendo à frente sua neta, o Centro conseguiria atrair arquivos de ex-ministros e colaboradores, permitindo constituir um acervo que alimentasse novas análises sobre a história recente do Brasil. Isso de fato ocorreu. Vários arquivos foram

doados à FGV nos anos seguintes, e as pesquisas iniciadas nesse acervo deram origem a uma vasta produção acadêmica. O Centro tornou-se referência para pesquisadores interessados na história recente do país e, ao mesmo tempo, ganhou respeitabilidade junto à elite política, sendo visto como destino almejado para o arquivo pessoal de muitos homens públicos. Por outro lado, a criação e a trajetória do CPDOC mudaram o perfil da FGV, que passou a contar com uma unidade voltada para o campo da história, agregando, por sua vez, ao seu capital institucional, o diferencial de preservar “bens públicos” de valor para a memória nacional.

Dessa brevíssima história, importa reter o fato de que o arquivo Getúlio Vargas, por iniciativa de suas herdeiras, tornou-se o germe de um projeto institucional duradouro. Nesse caso, a doação e a organização do arquivo não serviram apenas à pesquisa acadêmica, mas constituíram a base de uma série de projetos editoriais e de divulgação histórica, que alimentaram o capital institucional do Centro e o capital, acadêmico e social, dos agentes envolvidos nessas iniciativas. Nesse mesmo movimento, o capital simbólico do arquivo e do próprio personagem era atualizado.<sup>10</sup>

Mas há casos, também, em que o acervo de um dado personagem é a razão de ser da criação de uma instituição. Aqui, não se trata de acomodar registros documentais a um espaço já existente – seja integrando-o a um acervo maior, seja criando um ambiente novo para abrigá-lo dentro de uma estrutura institucional anterior – mas de fundar uma instituição cuja missão será preservar e valorizar o “legado” do personagem. Nesses casos,

9. Para uma análise do processo de doação do arquivo à FGV ver Nedel (2010).

é bom frisar, a existência de um acervo é condição fundamental para o sucesso do projeto, e entre os acervos que podem evocar a trajetória de um indivíduo – fotografias oriundas de agências de publicidade ou de imprensa, recortes de jornais, coleções de documentos doados por terceiros - o arquivo pessoal ocupa um lugar de destaque. Quanto mais “original”, “único” e “pessoal” o acervo, mais fortes os argumentos que justificam a sua preservação, organização e acesso.

O exemplo da Fundação Mário Covas (FMC), inaugurada em abril de 2001, um ano após a sua morte, pode ser interessante para pensarmos tanto nas vicissitudes que podem marcar a constituição de um arquivo pessoal como no lugar de destaque que ele assume em projetos memoriais. Criada por meio de doações de mais de mil pessoas físicas e jurídicas, a FMC tem como patrimônio o arquivo de Covas e outros documentos doados por terceiros, como fitas de vídeo, fotos e objetos. Sua missão é: “Contribuir para a valorização da cidadania, para o aperfeiçoamento da gestão pública segundo os princípios da inovação, da ética e da probidade administrativa, estimular e apoiar iniciativas de ação comunitária e difundir o ideário de Mario Covas para as novas gerações”.<sup>11</sup> A Fundação tem, portanto, dimensão memorial e política, pretendendo atuar como gestora do legado de Covas

e como uma escola de governo. Na verdade, essas dimensões se informam reciprocamente: o legado, consubstanciado no acervo, ao preservar a memória de Covas, confere legitimidade à escola que propaga o seu ideário, enquanto essa última atualiza e dissemina a trajetória do homem público, ressignificando a sua memória.

Um dos eixos da Fundação é o seu Centro de Memória, instalado em 2007, a partir da execução do projeto “Cultura, Política e Cidadania – organização da memória Covas”, que contou com apoio da Lei Rouanet. Além de organizar e tornar disponível o arquivo Mario Covas, o Centro de Memória tem como metas desenvolver projetos culturais e educativos, montar exposições, e incentivar ações que visem à preservação de acervos relevantes para a história brasileira.

A memória de Covas, imediatamente após sua morte, foi investida por parte de seus antigos colaboradores (secretários de governo, assessores, secretários particulares) do capital associado à noção de “legado”, cuja preservação deveria ser garantida mediante a mobilização de recursos e a execução de projetos, o mais importante deles sendo a criação da própria Fundação. No entanto, vale a pena investir um pouco na história do arquivo Mario Covas.

O grupo que se articulava em torno do governador, antes do agravamento da sua

10. Para ficar apenas nas exposições realizadas pelo CPDOC em torno da figura de Vargas, que contaram com a sua curadoria ou consultoria histórica, há que mencionar: *A Revolução de 30* (1980), *Revolução de 32, a fotografia e a política* (1982), *Getúlio Vargas, 1983* (pelo centenário de nascimento de Vargas), *Estado Novo: a construção de uma imagem* (1997), *Getúlio Vargas* (exposição permanente no Memorial Getúlio Vargas, em Volta Redonda, 1999), *Eu, Getúlio* (consultoria histórica, 1999), *Volta Redonda, uma decisão política* (exposição permanente no Memorial Getúlio Vargas, em Volta Redonda, 2001) e as mais recentes, montadas no cinquentenário do suicídio, em 2004, *Getúlio – Presidente do Brasil* (curadoria, no Museu da República) e *Getúlio e o Rio* (curadoria iconográfica, no Memorial Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro).

11. Cf. <http://www.fundacaomariocovas.org.br/> (acesso em 14/5/2011).

doença e de sua morte, trabalhava com vistas à candidatura de Covas à Presidência da República. Como ele próprio nunca havia se preocupado em acumular documentos, sua assessoria política trabalhava então para constituir um arquivo que cobrisse toda a sua trajetória, desde a vereança em Santos. Um setor especialmente organizado no Palácio dos Bandeirantes se ocupava de pesquisar, localizar e reproduzir documentos que estivessem arquivados em órgãos públicos ou guardados com terceiros. A idéia era criar uma “memória política” que pudesse ser mobilizada em uma futura campanha presidencial. A morte de Covas frustrou as expectativas desse grupo que, no entanto, conseguiu operar a conversão do projeto político-partidário em projeto “político-memorialístico”: o que era um acervo dotado de “valor político” para a disputa eleitoral tornou-se um acervo dotado de “valor histórico”.

Não se deve perder de vista que os investimentos na memória - projetos institucionais, comemorações, homenagens -, visam ancorar no passado as posições que os protagonistas desses investimentos ocupam no presente ou pretendem ocupar no futuro, sejam eles os próprios titulares ou não. O acervo documental reunido pela assessoria de Covas foi convertido em arquivo pessoal de modo a valorizar a documentação e

reforçar as justificativas para a sua preservação. O fato do arquivo não ter sido acumulado pelo próprio titular – critério essencial para a identificação do conjunto como “arquivo pessoal” – foi apagado. A morte de Covas dignificou o acervo, e sua institucionalização, aos olhos de seus colaboradores, tornou-se a melhor forma de preservar o seu legado e de dar continuidade ao projeto político que ele havia capitaneado.

Se, nos dois casos citados, Vargas e Covas, a criação de espaços memoriais foi protagonizada por herdeiros, nos dois casos a seguir os projetos institucionais foram concebidos e iniciados pelos próprios titulares, que assumiram, eles próprios, o discurso do “legado”.

#### 4 Fernando Henrique Cardoso e o iFHC

No caso de Fernando Henrique Cardoso, a criação de um instituto para abrigar o seu acervo, bem como a publicação de livros analisando a sua trajetória política foram tarefas que o ex-presidente assumiu pessoalmente.<sup>12</sup> O Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) é o seu projeto desde que deixou a Presidência da República. Na realidade, o projeto teve início bem antes, durante seu primeiro mandato como presidente, quando o destino de seu arquivo começou a preocupá-lo.<sup>13</sup> Data de 1996 a rea-

12. Apenas três anos após deixar a Presidência, FHC publicou um livro de mais de 600 páginas, *A arte da política: a história que vivi*, além de *The accidental President of Brazil: a memoir*, publicado apenas nos Estados Unidos, com prefácio de Bill Clinton, e *Cartas a um jovem político: para construir um país melhor*.

13. Os acervos de presidentes da República, desde 1991, são objeto da Lei n. 8.394, que “dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República e dá outras providências”. Segundo esse dispositivo legal, tais acervos são considerados de interesse público, o que, na prática, significa que, em caso de venda, a União deve ter prioridade na compra, e que os acervos não podem ser alienados para o exterior sem manifestação expressa da União. Ainda que incentive a preservação e disponibilização desses acervos, não há nenhuma menção à criação de instituições voltadas para sua guarda. A decisão sobre o destino de tais acervos permanece como responsabilidade dos titulares ou seus herdeiros legais.

lização de uma pesquisa ampla cujo objetivo era subsidiar a decisão quanto ao formato que deveria assumir a instituição que iria abrigá-lo (HEYMANN, 2009). Por indicação do então presidente, a assessora do gabinete da Secretaria Geral da Presidência da República visitou instituições brasileiras detentoras de arquivos de ex-presidentes e instituições estrangeiras.<sup>14</sup> A viagem internacional teve como primeiro destino os Estados Unidos e as bibliotecas presidenciais (John F. Kennedy, em Boston; Lyndon B. Johnson, em Austin; Jimmy Carter, em Atlanta; George Bush, pai, em College Station, no Texas, e Ronald Reagan, em Simi Valley, na Califórnia), depois a França, onde o Arquivo Nacional e o Instituto François Mitterand foram visitados e, por último, Portugal e a Fundação Mário Soares (FMS), considerada a melhor alternativa.

Segundo Fernando Henrique, a Fundação Mário Soares pareceu mais apropriada como modelo de instituição do ponto de vista de suas dimensões, menores e mais adaptadas à realidade brasileira se comparadas às das bibliotecas presidenciais norte-americanas, verdadeiros monumentos, aonde “eles guardam tudo” (HEYMANN, 2009, p. 57). Além disso, seu perfil parecia adequar-se perfeitamente aos propósitos de Fernando Henrique: a Fundação Mário Soares, mais do que um lugar de memória, um centro de documentação, é um espaço de debate sobre temas contemporâneos, um *think tank* por meio do qual Mário Soares mantém-se presente na cena pública

de seu país. Pode-se imaginar, ainda, que a projeção de uma identidade com o estadista cuja trajetória se confunde com a consolidação da democracia portuguesa e com quem Fernando Henrique escreveu *O mundo em português: um diálogo* possa ter exercido influência na decisão de tomar a Fundação Mário Soares como parâmetro para a criação do Instituto.

A inauguração do IFHC ocorreu em 22 de maio de 2004, em um seminário internacional que reuniu políticos e intelectuais nacionais e estrangeiros, entre os quais Bill Clinton e Manuel Castells. As palavras de Fernando Henrique confirmam a opção por um perfil “duplo”: “Quis que ele fosse não só um centro de memória histórica, mas também um lugar de debates sobre a democracia e o desenvolvimento, duas causas com as quais estive envolvido desde muito cedo. Desempenhando um ou outro papel, a missão do Instituto para mim é uma só: contribuir para ampliar a compreensão e disseminar conhecimento sobre o país e seus desafios, com os olhos abertos para o mundo.”<sup>15</sup>

Sem pretender analisar o acervo FHC, bastante rico e complexo, gostaria de chamar atenção para um único ponto. A organização do arquivo dividiu a documentação em três grandes conjuntos: período pré-presidencial, período presidencial e período pós-presidencial. Essa “ordem”, reproduzida no Guia dos Arquivos disponível no site do IFHC, coloca como centro de sua atuação a Presidência da República, produzindo a im-

14. No Brasil, foram visitadas a Fundação José Sarney, no Maranhão; o Memorial Juscelino Kubitschek, em Brasília, que, à época, não continha o acervo documental do ex-presidente, mas apenas seu túmulo e uma pequena exposição; o CPDOC, o Museu da República e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro. (Cf. Entrevista de Danielle Ardaillon concedida à autora em 12/01/2007).

15. Cf. [http://www.ifhc.org.br/index.php?module=conteudo&class=fixo&event=ver&tid\\_conteudo=8](http://www.ifhc.org.br/index.php?module=conteudo&class=fixo&event=ver&tid_conteudo=8) (acesso em 14/5/2011).

pressão de que tudo o que vem antes é uma preparação para esse momento. Essa classificação, que é também uma forma de narrar a vida do titular, produz uma linearidade que sabemos construída *ex post facto*. Ao produzir esse ordenamento, a classificação dota a narrativa de um sentido dado desde o início, assemelhando-se à estrutura do discurso hagiográfico, analisado por Certeau (2002, p. 273): “Enquanto que a biografia visa colocar uma evolução e, portanto, as diferenças, a hagiografia postula que *tudo é dado na origem* com uma “vocação”, com uma “eleição” ou como nas vidas da Antiguidade, com um *ethos* inicial.”

Se os perigos associados à “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 1989), à lógica de racionalização das trajetórias de vida, há tempos coloca questionamentos aos estudos que, no campo das ciências sociais, trabalham com autobiografias e biografias, tais críticas muitas vezes não alcançam os arquivos pessoais e seus enquadramentos. Talvez por força das associações que ainda prevalecem entre arquivo e vestígio do passado, por força de um olhar que, em alguma medida, naturaliza a fonte documental – ainda que critique o documento seguindo os cânones da disciplina histórica – não se observa, de maneira geral, atenção ao tipo de narrativa tácita que os arquivos pessoais podem construir e que as divisões do arquivo Fernando Henrique tão bem expressa.

Além do arquivo do ex-presidente, o acervo compreende, ainda, o arquivo pessoal de Ruth Cardoso (1930–2008) e documentos do arquivo de Sérgio Motta, minis-

tro das Comunicações de janeiro de 1995 até seu falecimento, em abril de 1998. O desejo de Fernando Henrique, expresso no site do Instituto, é incorporar arquivos e coleções documentais de pessoas que compuseram seus dois governos (1995–2002).<sup>16</sup> Com essas aquisições, naturalmente, o capital institucional do iFHC se ampliaria, consolidando-se sua vocação de instituição de guarda da memória histórica do país. A intenção de reunir arquivos de seu período de governo pode também ser interpretada como uma tentativa de consolidação de um espaço que, sob a chancela “FHC”, funcionaria como local de referência e identificação de um determinado grupo político. Não se pode esquecer que o Instituto é o projeto de Fernando Henrique hoje. Com uma intensa programação de debates sobre temas da atualidade brasileira, latino-americana e internacional, o iFHC atualiza a presença do ex-presidente na cena pública, e a reunião de acervos de outros personagens de destaque sob a égide do Instituto só faria aumentar o capital da instituição e o capital social de seu fundador.<sup>17</sup>

Instituições criadas para preservar a memória têm sempre caráter político, na medida em que a memória é instrumento capaz de criar identidades, de produzir um discurso sobre o passado e projetar perspectivas para o futuro. A memória confere legitimidade ao projeto institucional e aos agentes que a ele se dedicam. Para além dessa dimensão, o iFHC – assim como a Fundação Mario Covas – visa, explicitamente, à intervenção no campo da política. Nesse senti-

16. Cf. [http://www.ifhc.org.br/index.php?module=conteudo&class=fixo&event=ver&tid\\_conteudo=564](http://www.ifhc.org.br/index.php?module=conteudo&class=fixo&event=ver&tid_conteudo=564) (acesso em 14/5/2011).

17. A relação de debates realizados no iFHC está disponível no site do Instituto, sendo possível verificar a diversidade de temáticas e o grande número de palestrantes convidados. Cf. <http://www.ifhc.org.br/index.php?module=conteudo&class=debate> (acesso em 15/5/2001).

do, o patrimônio que se encontra sob sua guarda atua como lastro, qualificando, de maneira simbólica e material, o empreendimento institucional.

Um último projeto será mencionado nessa breve reflexão. Nesse caso, foi a proximidade da morte e o desejo de ultrapassar a finitude e o esquecimento que ela encerra que impulsionaram o projeto memorial.

## 5 Darcy Ribeiro e a FUNDAR

A Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) foi oficialmente instituída em janeiro de 1996, cerca de um ano antes da morte de seu fundador, mas tem uma história que começa alguns anos antes, quando Darcy Ribeiro, ao saber que estava gravemente doente, decide criar uma instituição capaz de dar continuidade ao trabalho que vinha desenvolvendo. A Fundação deveria se concentrar na execução de projetos que visassem os seguintes objetivos: a solidariedade aos povos indígenas e caboclos brasileiros; a defesa da Amazônia e do Pantanal; o desenvolvimento artístico do país; o planejamento e implantação de universidades, bem como a reforma das já existentes; a renovação da rede pública de ensino, a elaboração de currículos e a produção de filmes educativos para 1º. e 2º. graus; a promoção de ensino à distância e, finalmente, a reedição das obras de Darcy Ribeiro.

O projeto da Fundação parecia estar centrado na continuidade do “legado” político-ideológico de Darcy, como atesta de forma clara um documento de seu arquivo pessoal:

Quando me sugeriram criar uma Fundação com meu nome, a idéia me deu medo de es-

tar fazendo nascer mais uma instituição vestusta: Fundação Getúlio Vargas, Fundação Roberto Marinho. A minha seria uma pobre fundaçãozinha Zé da Silva, sem poder e sem dinheiro para crescer e florescer. Qual seria o seu propósito? Louvar-me, dizendo que eu fui bonito e inteligente? Gosto muito de elogios, mas não tanto que me disponha a criar uma máquina de elogiar, como aquelas que os monges do Himalaia têm para rezar pedalando.

Acabei caindo em mim de que precisava mesmo criar a tal Fundação Darcy Ribeiro – FUNDAR. Tenho mesmo que transferir a alguém ou a alguma instituição tarefas que, bem ou mal, eu venho cumprindo a vida inteira e que, sem mim aí para cuidar delas, ficariam aos azares do acaso. (...) <sup>18</sup>

A análise das minutas de estatuto da Fundação indica que, durante a fase de planejamento, o patrimônio da instituição foi sendo ampliado, passando a abarcar – além dos direitos autorais das obras de Darcy – sua biblioteca, objetos de arte e móveis. A inclusão dos direitos autorais das obras de sua primeira mulher, a antropóloga Berta Gleiser Ribeiro, bem como de sua biblioteca e outros bens móveis, foi feita à mão em uma das versões do documento, sinalizando que a idéia de uma instituição que abrigasse o acervo dos dois foi sendo formatada com o tempo. A menção explícita aos arquivos de Darcy e Berta Ribeiro, a serem instalados na sede da Fundação “para uso acadêmico”, aparece pela primeira vez em uma versão do estatuto de 1995.

Chama atenção o fato do arquivo pessoal de Darcy não aparecer nos primórdios do

18. Esse documento, sem data, integra o dossiê “FUNDAR” do Arquivo Darcy Ribeiro. A pesquisa no arquivo foi realizada no contexto da elaboração de minha tese de doutorado, “De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões acerca da construção social do ‘legado’ de Darcy Ribeiro”.

projeto institucional, voltado para a reedição de suas obras e para o desenvolvimento de projetos. O mesmo não acontecia, porém, com sua biblioteca que, a seus olhos, tinha grande importância: por meio de seus 20 mil livros Darcy considerava que seria possível reconstituir os caminhos da sua formação. Essa perspectiva explicaria o desejo, várias vezes declarado, de que sua biblioteca não fosse desmembrada após a sua morte, bem como as *démarches* para comprar os volumes que estariam faltando para torná-la completa e fiel às suas referências teóricas.<sup>19</sup>

A despeito de definir-se como ‘homem de ação’, Darcy lamentava não ser reconhecido como intelectual e homem de idéias: ‘Temo muito ser recordado no futuro mais por meus empreendimentos que por minhas idéias, o que será uma injustiça’ (RIBEIRO, 1997, p. 521). Nesse trecho, escrito em 1996, quando a proximidade da morte o motivara, também, a escrever um livro de memórias, fica clara a preocupação com a forma como seria lembrado e o desejo de ser reconhecido como intelectual. Mais do que isso, Darcy expressa o sentimento de impotência na definição da memória que seu nome evocaria quando ele não mais pudesse assumir o protagonismo de sua própria interpretação. A criação da FUNDAR, a escrita de suas memórias e o cuidado com sua biblioteca podem ser interpretados, nesse contexto, como

tentativas de controlar a imponderabilidade que cerca a interpretação histórica.

Essa preocupação não parece ser prerrogativa de Darcy. É o próprio Fernando Henrique Cardoso quem a expressa de forma clara e contundente: “Talvez seja essa a sensação agônica a pagar por quem se lança na vida pública: o juízo que conta é o da História, e a ele os personagens não assistem. Quando a grande mestra dos homens sentencia, o veredicto recai nos mortos.” (CARDOSO, 2006, p. 24). Escrever autobiografias e investir em projetos memoriais surgem, nessa perspectiva, como estratégias das quais os homens públicos lançam mão para lidar com a apreensão causada pela indeterminação dos juízos históricos.

Se Darcy Ribeiro, a princípio, não via seus documentos como um acervo dotado de “valor”, o interesse expresso por pesquisadores de diversas áreas em consultar a documentação, após a morte do titular, e a possibilidade de angariar recursos para o desenvolvimento de projetos que tinham o arquivo como objeto deixou claro para os dirigentes da FUNDAR o capital simbólico associado ao acervo.<sup>20</sup> Eles logo perceberam que, por meio da preservação e disponibilização do arquivo, seria possível não apenas aproximar a Fundação da comunidade acadêmica, mas aumentar o capital institucional.

Além de fonte de pesquisa valorizada nos campos da história, da antropolo-

19. As informações sobre a visão de Darcy a respeito de sua biblioteca e de seu arquivo nos foram prestadas por sua segunda mulher, Claudia Zarvos, em 6/6/2008. Segundo ela, Darcy não vislumbrava no arquivo “um valor em si”, ou um patrimônio que pudesse interessar à posteridade.

20. A Fundação Darcy Ribeiro assinou dois convênios com o objetivo de prover recursos para a organização do arquivo: o primeiro com a Faperj, em 2000, e o segundo com a Fundação Cesgranrio, em 2002. Já em 2008, a FUNDAR encaminhou ao Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ a solicitação de classificação dos arquivos Darcy e Berta Ribeiro como “arquivos privados de interesse público e social”, obtendo pareceres técnicos favoráveis à classificação. Nesse mesmo ano, um projeto de digitalização dos dois arquivos foi encaminhado ao BNDES para concorrer a um edital voltado para a área de acervos, tendo sido contemplado.

gia e da educação, o arquivo tem alimentado uma série de projetos desenvolvidos pela FUNDAR nos últimos anos. Na linha editorial, a Fundação propôs a publicação de mais de uma dezena de livros com base no material dos acervos de Darcy e Berta. Alguns são projetos do próprio titular, como os quatro volumes de *Os Cronistas Franceses*, projeto iniciado nos anos 1980, cujos originais encontram-se no arquivo e que, após diversas tentativas, foram publicados em 2009.<sup>21</sup> Há propostas, ainda, para a publicação de coletâneas de documentos - aulas, cartas do exílio, prefácios que Darcy escreveu para inúmeras publicações, artigos e diários de campo inéditos - deixando entrever o potencial do arquivo para a geração de produtos que atualizam o “legado” de Darcy ao mesmo tempo em que impulsionam e dão visibilidade ao acervo e à Fundação. Não é demais lembrar que a noção de legado alimenta a memória dos mortos aos quais se associa, mas a titularidade das ações empreendidas em seus nomes e os dividendos que sejam capazes de produzir pertencem aos vivos.

## 6 Legados contrastivos

Darcy escreveu as suas *Confissões*, ciente de que a morte se aproximava, para saber e sentir como chegou a ser o que era, buscando comover os seus leitores. (RIBEIRO, 1997, p. 11). Fernando Henrique escreveu *Arte da política: a história que vivi*, ao deixar a Presidência, mas planejando manter-se na cena pública, para explicar ao lei-

tor a sua atuação, mostrando-lhe “a complexidade, a rugosidade do real”. (CARDOSO, 2006, p.13). A distância de propósitos - “comover” e “explicar” - e estilos entre os dois livros é enorme, bem como a natureza dos dois acervos e das instituições que os abrigam, para não falar em trajetórias e estilos políticos. Não é nossa intenção, para finalizar esse artigo, comparar os dois projetos memoriais, mas apenas sugerir que as imagens projetadas por seus titulares para si próprios contaminam e informam as visões de “legado” alimentadas por suas instituições de memória. As identidades da FUNDAR e do IFHC incorporam e reproduzem as *personas* de seus fundadores, colocando limites à associação tradicional entre institucionalização e impessoalidade.

Nas palavras de Paulo Ribeiro, sobrinho de Darcy e atual presidente da FUNDAR, o tio teria planejado a Fundação com a idéia de aglutinar um grupo de pessoas que ele considerava capazes de dar continuidade às suas “lutas”. Ao comentar as suas motivações, Paulo assim se expressa:

Darcy tinha uma preocupação permanente, o tempo todo ele falava assim: ‘Quantos multiplicadores eu vou deixar? Eu estou multiplicando uma luta que foi de Anísio [Teixeira]; eu sou um dos multiplicadores da idéia de [Cândido Mariano da Silva] Rondon, e quem é que vai continuar essa luta? Quantos eu vou deixar?’<sup>22</sup>

Para Paulo Ribeiro, para fazer jus ao projeto de Darcy, a FUNDAR deve reunir pessoas que, tendo trabalhado com ele, ten-

21. O primeiro volume da coleção *Os Franceses no Brasil* foi publicado em setembro de 2009, sob o título *Nicolas Durand de Villegagnon e outros (1542-1569): correspondência*. (<http://finsdetardespoeticas.blogspot.com/2009/09/fundacao-darcy-ribeiro-lanca-colecao-os.html>. Acesso em 10/02/2011).

22. Entrevista de Paulo Ribeiro concedida à autora em 27/05/2008.

do participado de seus projetos, permaneceram, de alguma forma, imbuídas das suas idéias. Essa imagem nos dá acesso a uma dimensão importante da cultura institucional da FUNDAR: a mesma “paixão” exigida para trabalhar com Darcy, uma paixão que tinha nele a sua origem e que “contaminava” aqueles que participavam de seus projetos, continua a ser exigida, hoje, de quem trabalha na Fundação.

Eu acho que pelo menos o sonho da utopia está vivo aqui dentro. E as pessoas que trabalham aqui, se não tiverem tesão e paixão não conseguem trabalhar. (...) Eu falo que é paixão. A nossa missão é a educação? Não. Nós temos uma paixão pela educação e compromisso histórico com isso. E o exemplo dele, vivo, extremamente vivo. Todo dia ele é lembrado aqui, dezenas de vezes ele é lembrado. ‘E aquele projeto, você lembra que ele falou isso?’

A “presença” de Darcy na FUNDAR, sua constante lembrança, mais do que simples fonte de inspiração, parece conformar o ambiente de uma instituição na qual a singularidade de Darcy, a sua “genialidade”, é relembrada e reconhecida cotidianamente.<sup>23</sup> A sua “presença” alimenta um ambiente institucional que se define na chave da paixão: a paixão que Darcy devotava a seus projetos e que caracterizou a sua imagem e o seu padrão de atuação pública continua a impulsionar a sua Fundação, pois constitui parte do seu “legado”. Darcy mol-

dou a FUNDAR à sua semelhança, transferiu-lhe as suas tarefas, e até hoje parece prevalecer a lealdade a essa marca original, o que significa tanto uma agenda como um estilo de trabalho.

A Fundação reúne antigos colaboradores, que lembram Darcy “todo dia”, que são movidos pelas suas paixões e buscam recuperar os seus projetos. A partir do momento em que a morte fecha definitivamente o leque dos possíveis modos de expressão da sua personalidade, a memória de Darcy se torna lição, diretriz, pois tudo o que ele disse e fez tem a sua marca, e deve ser continuado. Há, portanto, uma “literalidade” no legado de Darcy, tal como ele é vivenciado na FUNDAR.

O depoimento de Paulo Ribeiro revela um padrão de institucionalização que carrega uma forte dose de afetividade: a dimensão pública do empreendimento, nesse caso, não garante impessoalidade. Ao contrário, a FUNDAR, além de não poder ser “veterana” sob o risco de trair o seu fundador, tem muito, até hoje, de familiar, de pessoal, características que são reforçadas pelo fato de funcionar em uma casa cercada de árvores, em Santa Teresa, cujas paredes são cobertas pela biblioteca de Darcy e Berta Ribeiro, e cujo salão é composto de móveis, quadros e várias peças de cultura popular que pertenceram a Darcy. Seu retrato, sorrindo em uma foto de grandes dimensões, parece recepcionar o visitante. Não há tratamento musealizado do ambiente, vitrines ou le-

23. Na entrevista, Paulo menciona a singularidade intelectual do tio, aproximando-a do atributo da ousadia, entendida tanto como falta de limite à imaginação sociológica como no sentido da coragem de enfrentar os padrões acadêmicos: “No Brasil, não teve nenhum intelectual – é lógico que vários serviram de alicerce a ele – com tamanha ousadia. ‘Eu vou explicar para o mundo inteiro por que o mundo é tal como é.’ E ele explica a humanidade inteira. Depois, explica o que aconteceu com a América Latina (...) e depois explica o Brasil: por que nós estamos nessa situação. Não teve ninguém, nenhum intelectual – eu não conheço –, que teve essa ousadia, não é? (...) Porque a crítica, dentro da área acadêmica, é muito grande.”

gendas que identifiquem ou contextualizem as peças. Tudo está disposto como se o dono da casa pudesse chegar a qualquer momento. Essa pessoalidade tem efeitos na gestão e nos usos dos documentos do arquivo, vistos mais como fonte de inspiração para a atuação da Fundação do que como material de natureza histórica.

Nesse ponto, pode ser sugestivo lançar mão das reflexões do historiador Stephen Greenblatt (1991) a respeito de dois modos distintos de exibição das obras de arte – uma centrada na ressonância e outra no “maravilhamento” (*wonder*) – para, a partir daí, propor duas formas distintas de representação institucional dos legados. Para Greenblatt, a idéia de ressonância está ligada a uma forma de exibição dos objetos que evoca o universo mais amplo de relações sociais e de forças culturais das quais o objeto teria emergido e em relação às quais, no contexto de exibição, ele seria o representante. Por “maravilhamento”, o autor pretende designar a modalidade de apresentação que mantém o expectador focado no objeto, restrito aos seus limites, com o objetivo de produzir um sentido de singularidade e de encantamento. No primeiro caso, a idéia é provocar no expectador a consciência da construção histórica e culturalmente contingente dos objetos, é chamar atenção para os processos de negociação e escolha que resultaram nas práticas representacionais em exibição; no segundo, a força estaria centrada no poder visual de cada obra, na exaltação do seu carisma e da genialidade artística do seu criador. A ressonância dá acesso a toda uma época e todo um contexto no qual o objeto foi criado; o “maravilhamento” mantém o expectador focado unicamente no objeto.

Essa distinção pode ser interessante para pensar em diferentes modos de represen-

tar os legados e, por conseguinte, em diferentes culturas de instituições a eles dedicadas. Levando em consideração que todo investimento na construção de um legado segue um padrão geral que confere protagonismo à ação do personagem ao qual se associa, ou seja, partindo da premissa de que existe sempre uma centralidade atribuída à sua trajetória, seria possível distinguir formas diferentes de evocação da memória. No caso de Darcy Ribeiro, a ênfase está no *self*, no gesto criador, na singularidade. É o caráter excepcional do personagem, a sua “paixão” que ocupa a cena, havendo pouco espaço para o contexto e para as contingências. Darcy era e continua sendo representado como a fonte de onde emana a energia que impulsiona os seus seguidores, é o “maravilhamento”, a admiração, que alimenta o seu legado.

No caso de outros personagens que criaram uma instituição para abrigar o seu acervo, ou que foram objeto desse tipo de investimento, ainda que haja sempre a construção de um protagonismo, a ênfase pode estar mais no contexto, nos vínculos sociais e na historicidade da ação. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, ao construir a sua imagem como estadista – e não como gênio – parece apontar diretamente para o contexto, para as condições dadas pela sua época, para a capacidade de negociação e de articulação que o distinguiria como homem público. Por meio de Fernando Henrique e de seu arquivo é a conjuntura e o contexto que se descortinam.

O desejo do ex-presidente, de incorporar ao acervo do iFHC arquivos e coleções de políticos que participaram da vida pública brasileira entre 1995 e 2002 também sinaliza para uma ênfase no contexto, para a “complementaridade” que existiria entre esses acervos. O “modelo” do CPDOC, ins-

tuição que reuniu um importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos e se constituiu em referência nacional para o estudo da “Era Vargas”, pode estar no horizonte de Fernando Henrique. Dentro dessa modesta tipologia, o CPDOC poderia ser visto também como um “lugar de memória” que aciona a ressonância: o arquivo de Vargas sempre foi representado como ponto de partida para um acervo maior, que lhe seria complementar e por meio do qual seria possível aceder ao contexto político-social brasileiro dos anos 1930-1950.

Um passeio pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso, localizado no Edifício CGI-Esplanada, no vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, onde ocupa um andar e dois subsolos revela, em primeiro lugar, o investimento substantivo na elegante e sóbria decoração do espaço dedicado às atividades da instituição e na infra-estrutura das áreas de armazenamento, dotadas de excelentes condições de preservação documental. Na área social do Instituto, vitrines com documentos e peças tridimensionais, perfeitamente identificadas por legendas e placas, sinalizam o “valor histórico” do acervo que é ali custodiado.

Os objetos acumulados pelo ex-presidente – sobretudo cartas recebidas de personalidades nacionais e internacionais e presentes ganhos de chefes de Estado em viagens oficiais – funcionam como os “semióforos” analisados por Pomian (1984), ou seja, objetos que, tendo perdido seu valor de uso, foram dotados de valor simbólico e fazem a mediação entre o mundo “visível” e o “invisível”. As peças expostas no iFHC re-

alizam o intercâmbio entre o expectador e duas dimensões do “invisível”, um tempo passado e as esferas de poder. O que as peças cuidadosamente exibidas atestam, antes de qualquer coisa, é o prestígio de Fernando Henrique, suas relações pessoais, sua própria condição de “semióforo” por meio do qual se pode aceder a várias dimensões da história e da memória nacionais.<sup>24</sup>

Uma comparação entre o iFHC e a FUNDAR teria que levar em conta diferenças organizacionais e orçamentária que separam as duas instituições, bem como o fato do iFHC contar, ainda, com o prestígio de seu instituidor, que trabalha na sede do Instituto e congrega um grupo de colaboradores, entre os quais vários empresários, que ajudam a levantar fundos para a instituição. Assumir uma perspectiva de análise comparativa exigiria um investimento que não temos a pretensão de realizar. No momento, interessa-nos apenas apontar para um contraste entre as duas instituições capaz de iluminar distintas perspectivas que atuam na gestão e na representação desses dois legados pessoais.

Evidentemente, esse contraste deve ser matizado: o acervo de Darcy Ribeiro permite restituir contextos políticos e intelectuais mais amplos, e o acervo de Fernando Henrique constrói a sua centralidade em momentos importantes da história brasileira. Estamos querendo chamar atenção, no entanto, para ênfases distintas, para formas de representar os legados que reforçam, em um caso, a “excepcionalidade”, mantendo o foco no objeto único do qual emana a força criadora; em outro, a “excelência”, garantidora da

24. Pomian (1984, p. 74) sugere que reis, imperadores, o papa ou o presidente de uma república são, eles próprios, “homens-semióforos”, cujo papel é representar o invisível: “Em geral, quanto mais alto se está situado na hierarquia dos representantes do invisível, maior é o número de semióforos de que se está rodeado e maior também o seu valor.”

capacidade de análise da realidade, de articulação e negociação.

Os acervos, como vimos, são objetos centrais de projetos institucionais de diferentes formatos e matizes e sua “produção” nos ambientes institucionais nos quais são preservados deve ser levada em consideração. Nesse sentido, a cultura e a estrutura institucionais nas quais são construídas – mais do que preservadas – as memórias da elite podem constituir um material rico para pesquisas interessadas nos mecanismos pelos quais se constrói a grandeza dos homens políticos.

#### NOTA SOBRE A AUTORA

Luciana Quillet Heymann é doutora em Sociologia pelo IUPERJ, professora da Escola de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC), ambos da FGV. Coordena o Programa de História Oral do CPDOC/FGV. Tem desenvolvido suas reflexões no campo da sociologia da memória, da construção social dos acervos, e das políticas memoriais.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996.
- ARTIÈRES, Philippe. Présentation: Espaces d'archives. *Sociétés Et Représentations*, n. 19, avril 2005, p. 5-11.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. La ilusion biográfica. *História y Fuente Oral*, Barcelona, n. 2, 1989. p. 27-33.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política: a história que vivi*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- GREENBLATT, Stephen. Resonance and Wonder. In: KARP, Ivan; LAVINE, Steven D. (Ed.). *Exhibiting Cultures: the poetics and politics of museum display*. Washington, London: Smithsonian Institution Press, 1991. p. 42-56.
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia hist.* [online]. 2006, v. 22, n. 36, p. 261-273. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2010.
- HEYMANN, Luciana. *O devoir de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos*. In: GOMES, Ângela de Castro (Coord.). *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- \_\_\_\_\_. Memórias de presidente: reflexões acerca da construção do legado de FHC. In: SOIHET, Rachel et al. (Org.) *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KATTAN, Emmanuel. *Penser le devoir de mémoire*. Paris, PUF, 2002.
- LALIEU, Olivier. L'invention du devoir de mémoire. *Vingtième siècle. Revue d'Histoire*, n. 69, p.83-94, 2001.
- NEDEL, Leticia Borges. A guardiã da verdade. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 125-158.
- NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. v.1.
- OBIN, Régine. *La mémoire saturée*. Paris: Éditions Stock, 2003.
- OLIVEIRA, Maria do Socorro dos Santos. *A memória dos imortais no Arquivo da Academia Brasileira de Letras*. 2009. 110f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Fundação Getulio Vargas, CPDOC, Rio de Janeiro, 2009.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, v.1, 1984. p. 51-86.
- RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ROUSSO, Henry. *La hantise du passé*. Paris: Textuel, 1998.

Recebido em: 21.03.11

Aprovado em: 08.06.11

